

FREDIE DIDIER JR.
HERMES ZANETI JR.

13^a
edição

revista, atualizada
e ampliada

Curso de Direito
PROCESSUAL
CIVIL

Processo Coletivo

4

2019

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

Sumário

Nota dos autores à 13ª edição	19
Nota dos autores à 10ª edição	23
Prefácio à 1ª edição	29
Apresentação à 1ª edição	31
Capítulo 1 ► Introdução ao Estudo do Processo Coletivo	35
1. Conceito de processo coletivo, ação coletiva e tutela jurisdicional coletiva	35
2. Três conceitos fundamentais para a compreensão do processo coletivo: grupo, membro do grupo e condutor do processo coletivo	40
3. Instrumentos para a tutela das situações jurídicas coletivas no direito brasileiro: a ação coletiva e o julgamento de casos/questões repetitivos	42
4. O processo coletivo como espécie de “processo de interesse público” (public law litigation): Interesse público primário e interesse público secundário no controle jurisdicional de políticas públicas	49
4.1. Generalidades	49
4.2. Modelo experimentalista de reparação e medidas estruturantes (structural injunctions e specific performance)	52
4.3. Interesse público primário e interesse público secundário	53
4.4. A implementação e controle de políticas públicas por parte do Poder Judiciário (judicial activism, judicial restraint e ativismo judicial seletivo): ativismo da lei e da Constituição em matéria de políticas públicas no Brasil	55
4.5. Para além da “politização da justiça” em uma democracia de direitos: uma conclusão parcial	60
5. O microsistema processual coletivo, o papel do Código de Defesa do Consumidor e o diálogo das fontes com o CPC-2015 (era da recodificação)	64
5.1. Generalidades	64
5.2. O CDC como um “Código de Processo Coletivo Brasileiro”	68
5.3. O microsistema do processo coletivo. As relações entre o CPC-2015 e o direito processual coletivo	70
6. Legislação e procedimentos relacionados à tutela coletiva: procedimento comum das causas coletivas (art. 21 da LACP e art. 90 do CDC)	76
Capítulo 2 ► Situações Jurídicas Coletivas: Direitos Coletivos Lato Sensu (Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos) e Casos Repetitivos	81
1. Introdução	81

2.	Conceito formal (estrutural) de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.....	82
2.1.	Direitos ou “interesses”?.....	82
2.2.	Direitos difusos.....	90
2.3.	Direitos coletivos stricto sensu.....	90
2.4.	Direitos individuais homogêneos.....	92
2.4.1.	Generalidades.....	92
2.4.2.	Direitos individuais homogêneos como direitos coletivos: visão crítica da doutrina dos “direitos individuais coletivamente tratados”.....	96
2.4.3.	O julgamento do RE n. 631.111/GO: Núcleo de Homogeneidade e Margem de Heterogeneidade.....	98
3.	Titularidade dos direitos coletivos lato sensu: direitos subjetivos coletivos.....	99
4.	Crterios para a identificao do direito objeto da ao coletiva.....	100
5.	Dos direitos coletivos aos conflitos coletivos: a adequao do processo coletivo as peculiaridades do caso levado a julgamento. A proposta de Edilson Vitorelli.....	104
5.1.	Introduo.....	104
5.2.	Litgios coletivos de difuso global.....	105
5.3.	Litgios coletivos de difuso local.....	106
5.4.	Litgios coletivos de difuso irradiada.....	107
5.5.	Cumulao de litgios de difuso irradiada com litgios globais e locais.....	110
5.6.	Concluso.....	112
6.	Situaoes jurdicas coletivas passivas.....	113
	Capítulo 3 ► Normas Fundamentais da Tutela Jurisdicional Coletiva.....	115
1.	Considerao introdutria.....	115
2.	Princpio do devido processo legal coletivo.....	116
2.1.	Generalidades.....	116
2.2.	Regra da adequada legitimao.....	118
2.3.	Adequada certificao da ao coletiva.....	118
2.4.	Informao e publicidade adequadas.....	120
2.4.1.	Princpio da adequada notificao dos membros do grupo.....	122
2.4.2.	Regra da informao aos rgos competentes para propositura da ao coletiva, sobre a instaurao do processo coletivo e sobre o resultado do seu julgamento.....	123
2.5.	Princpio da competncia adequada.....	125
3.	Princpio da primazia do conhecimento do mrito do processo coletivo.....	127
4.	Princpio da indisponibilidade da demanda coletiva. O problema da desistncia da ao coletiva.....	129
5.	Postulado hermenutico do microsistema: aplicao integrada das leis para a tutela coletiva (dilogo de fontes).....	132
6.	Reparao integral do dano.....	134

7.	Princípios da não taxatividade e atipicidade (máxima amplitude) da ação e do processo coletivo.....	135
7.1.	Generalidades	135
7.2.	O mandado de segurança coletivo como instrumento processual para a tutela de direitos difusos.....	137
7.3.	O habeas corpus coletivo.....	139
8.	Princípio da predominância de aspectos inquisitoriais no processo coletivo.....	140
9.	Princípio da primazia da decisão de mérito do processo coletivo em relação à decisão de mérito do processo individual.	144
Capítulo 4 ► Competência		147
1.	Princípio da competência adequada.....	147
2.	Competência territorial.....	148
2.1.	Distinção entre competência funcional e competência territorial absoluta	148
2.2.	A competência para a ação civil pública como hipótese de competência territorial absoluta	149
2.3.	A competência para a ação civil pública e a regra de delegação de competência federal ao juiz estadual (art. 109, § 3º, CF/88).....	151
2.4.	Competência quando o dano ou o ilícito for nacional	152
2.5.	Competência quando o dano ou o ilícito for regional.....	156
2.6.	Competência quando o dano ou o ilícito for estadual	161
3.	Juizes com competência para processar e julgar “ações coletivas”.....	161
4.	Competência para a ação de improbidade administrativa.....	164
4.1.	Prerrogativa de função na improbidade administrativa.....	164
4.2.	Competência para Julgamento dos Agentes Políticos (Crime de Responsabilidade e Bis in Idem)	166
4.3.	Limitação da decisão do juiz de primeiro grau nas ações de improbidade: impossibilidade	169
5.	Outras hipóteses de competência da Justiça Federal para processar e julgar ação coletiva ..	170
6.	Competência do STF para as ações coletivas que envolvam conflitos entre estados ou entre esses e a União (Art. 102, I, “f”, CF/88).....	171
7.	Casos extraordinários de competência originária do STF para julgar a ação popular.....	172
8.	Competência para julgamento de ação civil pública sobre poluição visual por propaganda política: Justiça Eleitoral ou Justiça Comum?	173
9.	Competência internacional? Litígios transnacionais, transfronteiriços e cooperação internacional em ações coletivas	174
Capítulo 5 ► Conexão e Litispendência entre Ações Coletivas		179
1.	Conexão.....	179
1.1.	Considerações gerais sobre a conexão.....	179

1.2.	A conexão e a prevenção na tutela jurisdicional coletiva.....	182
1.3.	Cooperação jurisdicional nacional e a conexão probatória (art. 69, CPC).....	184
1.4.	Conexão após o julgamento de uma das ações coletivas: art. 55, § 1º, CPC, n. 235 da súmula do STJ e a distinção feita no CC n. 144.922/MG, STJ	184
2.	Litispendência.....	185
2.1.	Considerações gerais sobre a litispendência.....	185
2.2.	Litispendência entre demandas coletivas.....	186
2.2.1.	Generalidades. Litispendência entre demandas coletivas propostas por legitimados diversos.....	186
2.2.2.	Efeito da litispendência entre demandas coletivas com partes distintas... ..	187
2.2.3.	Identidade da situação jurídica substancial deduzida	190
2.2.4.	Litispendência entre as demandas coletivas que tramitam sob procedimentos diversos	191
2.2.5.	Há litispendência entre uma ação coletiva que versa sobre direitos difusos e outra que versa sobre direitos individuais homogêneos?	192
3.	Relação entre a ação coletiva e a ação individual.....	194
3.1.	A ação coletiva não induz litispendência para a ação individual.....	194
3.2.	O pedido de suspensão do processo individual. A ciência inequívoca da existência do processo coletivo e o ônus do demandado de informar o autor individual	195
3.3.	A desistência do mandado de segurança individual em razão da pendência do mandado de segurança coletivo. Art. 22, § 1º, da Lei n. 12.016/2009. Possível inconstitucionalidade. Apelo ao microsistema.....	198
3.4.	Há continência entre ação coletiva e ação individual?.....	199
3.5.	O direito à autoexclusão (right to opt out) no microsistema brasileiro de tutela coletiva	200
3.6.	Possibilidade de suspensão do processo individual independentemente de requerimento da parte. O julgamento do REsp n. 1.110.549/RS (recurso especial repetitivo) e o CPC	202
3.7.	Comunicação da existência de processos repetitivos ou outro fato que possa dar ensejo ao ajuizamento de ação coletiva (art. 7º da Lei n. 7.347/1985 e art. 139, X, do CPC)	206
Capítulo 6 ► Legitimação ad causam nas ações coletivas		209
1.	Natureza jurídica da legitimação coletiva.....	209
2.	Legitimação extraordinária coletiva decorrente de negócio processual: impossibilidade, como regra	213
3.	Legitimação ativa	214
4.	Características da legitimação coletiva.....	216
5.	O problema do interesse do substituto.....	218
6.	Controle jurisdicional da legitimação coletiva.....	220
6.1.	Generalidades	220

6.2. Notas sobre o controle da “representação adequada” no direito estrangeiro	225
6.3. Legitimação adequada nos litígios de difusão global, local ou irradiada: a tensão entre legitimação e participação. A contribuição de Edilson Vitorelli	227
6.4. Síntese conclusiva	231
7. Consequência da falta de legitimação coletiva ativa	232
8. Legitimidade ativa das Defensorias Públicas	233
9. “Legitimidade ad causam ou ad processum” no mandado de segurança coletivo. Perspectivas.	241
10. Notas sobre litisconsórcio na ação de improbidade administrativa: litisconsórcio entre “agentes tidos como ímprobos” e litisconsórcio entre o “agente ímprobo” e a pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.....	244
11. substituição processual das associações versus representação processual mediante autorização (RE n. 573.232/SC, Tema 82, e o RE N. 612.043/PR, tema 499).....	246
12. Outros problemas relacionados à legitimidade ativa do Ministério Público	253
Capítulo 7 ► Intervenção de terceiros.....	255
1. Assistência	255
1.1. Premissa geral para o exame do interesse jurídico que justifica a intervenção como assistente.....	255
1.2. Causas que versam sobre direitos difusos e coletivos stricto sensu.....	257
1.2.1. Intervenção do indivíduo.....	257
1.2.2. Intervenção de um colegitimado	258
1.2.3. Intervenção do indivíduo legitimado à propositura de ação popular.....	258
1.3. Assistência nas causas que versem sobre direitos individuais homogêneos (art. 94 do Código de Defesa do Consumidor)	260
1.4. Assistência na ação popular.....	262
2. Intervenção de amicus curiae em ações coletivas.....	263
3. Intervenção móvel da pessoa jurídica interessada na ação popular e na ação de improbidade administrativa (despolarização da demanda)	265
3.1. Generalidades	265
3.2. Intervenção móvel da pessoa jurídica de direito privado e a Lei n. 12.846/2013...	268
4. A denunciação da lide em ação civil pública	268
4.1. Generalidades	268
4.2. A denunciação da lide e o chamamento ao processo nas causas coletivas de consumo.....	271
5. Intervenção de legitimado extraordinário para a defesa de direitos coletivos (lato sensu) como assistente simples em processo individual	274
6. Intervenção dos membros de grupo no julgamento de casos repetitivos e na formação de precedentes.....	276
6.1. Generalidades	276

6.2. Intervenção dos membros de grupo no incidente de julgamento de casos repetitivos como nova espécie de intervenção de terceiro	278
6.3. Contribuição argumentativa e grau de interesse na controvérsia: os filtros para a avaliação da admissibilidade da intervenção.....	278
Capítulo 8 ► Inquérito Civil	285
1. Noções gerais. A reconfiguração do inquérito civil no sistema multiportas de acesso à justiça.....	285
2. Inquérito civil e inquérito policial.....	289
3. Efeitos do inquérito civil.....	289
4. Discussões em torno do possível objeto do inquérito civil. o problema do inquérito civil em matéria eleitoral.	292
5. Princípio do Contraditório	294
6. Princípio da publicidade e inquérito civil	299
7. Inquérito civil e produção antecipada de prova.....	303
7.1. Generalidades	303
7.2. OCPC e a antecipação de prova não urgente (arts. 381-383, CPC). A produção de prova para futura ação coletiva independentemente da instauração do inquérito civil	304
7.3. Simultaneidade de procedimentos investigatórios para apurar o mesmo fato (inquérito penal e cível) e prova emprestada	306
8. Princípio da duração razoável.....	307
9. Instauração.....	308
10. Representação anônima: possibilidade	311
11. Inquérito civil e compromisso de ajustamento de conduta	312
12. Arquivamento	313
13. Reabertura do inquérito e reapreciação de provas.....	318
14. O inquérito civil e os crimes relacionados: falso testemunho, deixar de prestar informações e denúncia caluniosa	319
15. Recomendações e ombudsman (“defensor del pueblo”)	322
16. Cadastro nacional das ações coletivas, inquéritos civis e compromissos de ajustamento de conduta	326
Capítulo 9 ► Prescrição e Decadência das Situações Jurídicas Coletivas	327
1. Generalidades	327
2. Classificação dos direitos: direitos-prestação, direitos-poder (direitos potestativos) e direitos-dever	329
3. A imprescritibilidade das ações coletivas	331
4. Regras expressas sobre prescrição e decadência na tutela coletiva.....	332
5. Prescrição e ação coletiva para a tutela de direitos individuais homogêneos. O julgamento do REsp. n. 1.070.896/SC pelo Superior Tribunal de Justiça	336

6. Prazo quinquenal para as execuções decorrentes de ações coletivas.....	339
7. (im)prescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário.....	340
8. Início da fluência, impedimento, suspensão e interrupção. Aplicação subsidiária do CDC.....	343
9. A propositura de uma ação coletiva interrompe o prazo prescricional para a ação individual?	349
10. Discussão sobre a legitimidade e o início do prazo prescricional para a execução individual fundada em sentença coletiva.....	351
Capítulo 10 ► Autocomposição nos Direitos Coletivos	355
(Justiça Multiportas e tutela adequada em litígios complexos)	355
1. Generalidades. Justiça Multiportas (Multi-door Justice) como justiça adequada.....	355
2. Da alternatividade à adequação	357
3. Da possibilidade de autocomposição nos processos coletivos e da impossibilidade de renúncia ao direito em que se funda a ação coletiva.....	358
4. O compromisso de ajustamento de conduta: extrajudicial e judicial.....	360
4.1. Generalidades	360
4.2. Órgãos públicos legitimados: Ministério Público, Defensoria Pública, Advocacia Pública (legitimados para o compromisso extrajudicial ou judicial) e os demais colegitimados (legitimados para o compromisso judicial).....	364
4.3. A concreção de direitos e deveres a partir dos compromissos de ajustamento de conduta.....	365
4.4. A utilização da produção antecipada de provas como instrumento que estimula a autocomposição.....	367
4.5. O art. 26 da LINDB e o compromisso de ajustamento de conduta.....	367
5. Audiência preliminar de mediação ou conciliação (Art. 334, CPC).....	370
6. Negócios jurídicos processuais coletivos	372
7. A autocomposição em ação de improbidade administrativa.....	374
7.1. A revogação do art. 17, § 1º, Lei n. 8.429/1992. A necessária interpretação histórica. A colaboração premiada e o acordo de leniência como negócios jurídicos processuais atípicos no processo de improbidade administrativa.....	374
7.2. A autocomposição e o pedido de ressarcimento ao erário.....	377
8. Controle da autocomposição pelo juiz. A possibilidade de o juiz participar do procedimento de autocomposição e o dever de controle do mérito do acordo e da adequada representação	378
9. Limites à autocomposição nos processos coletivos.....	383
10. Outras ponderações contra o acordo judicial: fiscalização do desequilíbrio econômico e de informações entre as partes.....	384
11. O princípio da primazia do julgamento de mérito, tutela integral do direito, disparidade econômica e a necessidade de produção de prova adequada para a conciliação ou mediação: coisa julgada rebus sic stantibus.....	386

12. A possibilidade de impugnação pelos colegitimados por meio do recurso de terceiro interessado e outras ações de impugnação autônomas	387
13. Design de Sistemas de Disputas (DSD)	388
Capítulo 11 ► Aspectos gerais do processo coletivo.....	391
1. O pedido na ação coletiva.....	391
1.1. Interpretação do pedido	391
1.2. O pedido de indenização por dano moral coletivo.....	392
1.3. Ações coletivas e o controle de constitucionalidade.....	396
1.4. Ação coletiva em matéria tributária.....	398
1.5. Ação civil pública em matéria previdenciária	401
1.6. Ação civil pública em matéria de FGTS.....	402
2. Abandono em ações coletivas.....	403
3. Desistência em ações coletivas	404
4. A reconvenção.....	405
5. A distribuição dinâmica do ônus da prova	408
6. Audiência pública.....	408
7. Audiência pública extrajudicial e Ministério Público.....	412
8. Tutela provisória nos processos coletivos.....	416
8.1. Generalidades	416
8.2. Relações entre a tutela provisória coletiva e a tutela provisória individual.....	421
8.3. Tutela de evidência cautelar no processo de improbidade administrativa: a indisponibilidade dos bens prevista no art. 7º da Lei n. 8.429/1992.....	422
8.4. Estabilização da tutela provisória satisfativa e o processo coletivo	427
9. Litigância de má-fé e despesas processuais	428
9.1. Regime jurídico geral de adiantamento de custas processuais e pagamento de honorários advocatícios de sucumbência nas ações coletivas. A questão específica da prova pericial.....	428
9.2. Outros possíveis condenados em razão da litigância de má-fé.....	431
9.3. Condenação do Ministério Público: responsabilidade da Fazenda Pública.....	433
9.4. Arts. 17 e 18 da Lei n. 7.347/1985	434
10. A atuação do Ministério Público nas ações coletivas.....	435
10.1. Litisconsórcio entre Ministérios Públicos e o problema da competência	435
10.2. A questão do enunciado n. 489 da súmula STJ.....	441
10.3. Intervenção como fiscal da ordem jurídica.....	445
10.4. Ministério Público e os direitos individuais homogêneos: função promocial dos relevantes interesses sociais	447

10.5. Ministério Público e o seguro decorrente do DPVAT: cancelamento do enunciado n. 470 da súmula do STJ	451
10.6. Ministério Público e proteção ao erário.....	452
10.7. Ministério Público como parte e a prerrogativa funcional da reserva de “assento à direita do órgão jurisdicional” (Art. 41, XI, Lei n. 8.625/1993).....	453
11. Decisão estrutural	454
12. Peculiaridades em relação aos recursos	464
12.1. O interesse recursal.....	464
12.2. O efeito suspensivo da apelação	465
12.3. Remessa necessária	466
12.3.1. Generalidades	466
12.3.2. Remessa necessária e improbidade administrativa	468
12.4. Agravo de instrumento na ação de improbidade administrativa	469
12.5. Agravo de instrumento na ação popular	469
Capítulo 12 ► Coisa Julgada.....	471
1. Noções gerais sobre o regime jurídico da coisa julgada.....	471
2. Regime jurídico da coisa julgada coletiva	474
2.1. Nota introdutória	474
2.2. Coisa julgada coletiva nas ações que versam sobre direitos difusos ou coletivos ..	475
2.3. Coisa julgada coletiva nas ações que versam sobre direitos individuais homogêneos	477
2.3.1. Generalidades	477
2.3.2. Aplicação da coisa julgada secundum eventum probationis aos direitos individuais homogêneos e o acórdão proferido no REsp nº 1.302.596/SP (caso Vioxx).....	478
3. Repercussão da coisa julgada coletiva no plano individual (§§ 2º e 3º do Art. 103 do CDC)	482
3.1. Generalidades	482
3.2. O autor da ação popular e a coisa julgada pro et contra	485
4. Críticas à extensão da coisa julgada ao plano individual <i>secundum eventum litis</i>	486
5. Transporte in utilibus da coisa julgada penal coletiva para a esfera coletiva e individual (Art. 103º, § 4º, CDC)	491
6. Coisa julgada na ação de improbidade administrativa	492
7. Coisa julgada no mandado de segurança coletivo	494
8. Coisa julgada coletiva e os diversos procedimentos para a tutela coletiva	496
9. os limites territoriais da “coisa julgada coletiva”. art. 16 da Lei de ação civil pública – O posicionamento do Superior Tribunal de Justiça.....	497
9.1. O ponto de vista da doutrina	497

9.2. A decisão do STJ no ERESP n. 1.134.957/SP: garantia da eficácia da decisão à todas as espécies de direitos coletivos, na extensão da situação jurídica tutelada e nos limites da decisão (não importando o momento processual)	503
Capítulo 13 ► Liquidação e Execução da Sentença	507
1. A liquidação da sentença coletiva	507
1.1. Conceito de liquidação	507
1.2. Processo de liquidação, fase de liquidação e liquidação incidental.....	509
1.2.1. A fase de liquidação (ou liquidação-fase).....	509
1.2.2. O processo de liquidação.....	511
1.2.3. A liquidação incidental (ou liquidação-incidente)	511
1.2.4. Síntese	513
1.3. A liquidação da sentença genérica proferida em processo em que se discutem direitos individuais homogêneos. Liquidação individual por legitimação ordinária e liquidação coletiva por substituição processual (legitimação extraordinária).....	513
1.4. Liquidação de sentença proferida em processo coletivo em que se discutem direitos difusos ou coletivos em sentido estrito (prestações pecuniárias).....	515
1.5. A fluid recovery.....	515
1.5.1. Generalidades	515
1.5.2. Alternativas atípicas à fluid recovery do art. 100 do CDC.....	519
2. Execução da sentença no processo coletivo.....	521
2.1. Generalidades	521
2.2. O Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD, Art. 13 da Lei nº 7.347/1985)	524
2.3. A execução da sentença genérica na ação coletiva sobre direitos individuais homogêneos. O problema da legitimidade ativa	527
2.4. Execução fundada em sentença penal coletiva condenatória	533
2.5. Execução coletiva fundada em título extrajudicial. O paradigma da execução das decisões do CADE.....	534
2.6. Execução de decisão que determina a implantação de política pública. A possibilidade de uma execução negociada.....	536
2.7. Delegação de atividade executiva para entidades de infraestrutura específica (EIE): Claims Resolution Facilities	537
2.7.1. Generalidades	537
2.7.2. A possibilidade de constituição de entidades de infraestrutura específica para a resolução de conflitos coletivos no Brasil	540
2.7.3. Interface entre o público e o privado.....	541
2.7.4. Necessidade de controle público da atividade desenvolvida pela entidade de infraestrutura específica	542
2.7.5. Necessidade de consentimento informado.....	544
2.7.6. Autocomposição adequada.....	545
2.8. Regime jurídico das despesas processuais na execução coletiva	547

2.9. Execução de sentença coletiva não impugnada pela Fazenda Pública e honorários advocatícios de sucumbência (súmula do STJ, n. 345, e o art. 85, § 7º, do CPC).....	547
3. Competência para a liquidação e execução coletivas.....	552
Capítulo 14 ► Processo Coletivo Passivo	557
1. Nota introdutória.....	557
2. Conceito e classificação das ações coletivas passivas. As situações jurídicas passivas coletivas: deveres e estados de sujeição difusos, coletivos e individuais homogêneos...	557
3. Exemplos de ações coletivas passivas.....	561
4. Aplicação subsidiária das regras do processo coletivo ativo	568
5. Coisa julgada no processo coletivo passivo	570
5.1. Consideração geral	570
5.2. Coisa julgada nas ações coletivas passivas propostas contra deveres ou estados de sujeição difusos ou coletivos stricto sensu	570
5.3. Coisa julgada nas ações coletivas passivas propostas contra deveres individuais homogêneos.....	572
6. Consideração final.....	574
Bibliografia	577